

O emprego do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)

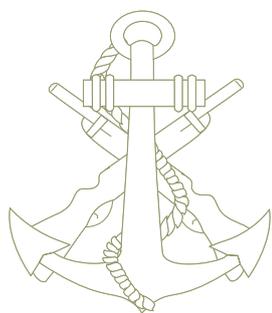
Nas próximas edições, iremos apresentar artigos que tratam das peculiaridades da organização e dos possíveis empregos de um GptOpFuzNav. Trataremos, preferencialmente, de operações reais, para que o leitor possa confrontar a organização, os procedimentos adotados na condução das ações e os resultados obtidos diante do arcabouço doutrinário que alicerça o conceito de grupamentos operativos.

A primeira matéria desta série aborda a constituição do Grupamento Operativo para emprego na tarefa de apoio à segurança pública, mais especificamente na recente Operação Rio-2010.

Seguem relatos que descrevem a operação no nível estratégico/operacional (artigo do CMG(FN) Carlos Chagas), no tático (artigo do CC(FN) G. Maia) e sob a ótica individual, extraídos de depoimentos de quatro operadores dos Carros Lagarta Anfíbios (CLAnf) e das Viaturas Blindadas TNE SL M113A1 (M113).

Ao leitor, sugerimos a visita à página do CGCFN na intranet (www.cgcfm.mb) e a consulta ao CGCFN-0-1 (Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais) e ao CGCFN-31.1 (Manual de Operações Militares em Ambiente Urbano dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais), a fim de facilitar o estabelecimento da comparação entre o traço doutrinário e a realidade vivida na operação.

Estamos aguardando opiniões, dúvidas, contribuições e comentários. Entre em contato pelo *e-mail* da revista (ancorasefuzis@gmail.com) e participe desse espaço que estamos propondo para a discussão de temas profissionais.



CC (FN) José Emílio de Oliveira Rodrigues
jemiliorodrigues@globocom

O Legado das Operações Anfíbias

O primeiro passo no processo de análise de qualquer atividade militar é saber o que foi dito sobre ela no passado. O propósito deste artigo é analisar o legado deixado pelas Operações Anfíbias (OpAnf) no curso da História, com ênfase no período compreendido entre a 1ª Guerra Mundial (1ªGM) e a Guerra do Iraque (2003), a fim de identificar sua viabilidade e importância estratégica como operação militar nos dias atuais. Nesse contexto, serão abordados diversos questionamentos contrários às OpAnf que surgiram ao longo da História, bem como a evolução doutrinária e de meios que esse movimento provocou.

As OpAnf realizadas antes da 1ªGM atestam que elas sempre foram consideradas operações extremamente complexas. Em 425 a.C., na Guerra do Peloponeso, Atenas tinha a superioridade no mar, e Esparta, o domínio em terra. Nenhuma das duas Cidades-Estado conseguia obter uma vantagem sobre a outra até que Atenas capturou a ilha de Pylos, em frente à costa espartana, bloqueando o seu comércio marítimo. Enquanto esperava o contra-ataque espartano, o General Demóstenes gritou para suas tropas: “Vocês são atenienses e

sabem por experiência própria como é difícil desembarcar na presença do inimigo”. Os espartanos fizeram uma série de OpAnf para reconquistar a ilha. Todas falharam.

Embora as OpAnf tenham uma história tão antiga quanto a da própria estratégia em si, foi apenas no início



Figura1: Monte Suribachi – Iwo Jima.
Fonte: Global Security, 2011.

do século XX que sua concepção de emprego foi profissionalizada. Forças anfíbias adestradas e meios específicos visando à projeção de poder sobre terra surgiram nas principais potências marítimas da época. Entretanto, os primeiros resultados obtidos foram bastante decepcionantes, provocando um grande e prolongado descrédito sobre esse tipo de operação. Analistas militares que estudaram a 1ªGM focaram sua atenção na mal sucedida campanha anfíbia realizada na Península de Galipoli (1917), que acabou tornando-se um trauma militar. Equivocadamente, Galipoli transmitiu a ideia de que as OpAnf tinham se tornado obsoletas pelos avanços tecnológicos da época, tais como a metralhadora, as ferrovias e os motores de combustão interna. Acreditou-se que uma potência continental seria capaz de transferir rapidamente suas forças para a parte da costa objetivada por uma Força de Desembarque, antes da construção de um poder de combate significativo em terra.

Entretanto, o fracasso de Galipoli não foi conceitual, mas sim o resultado de uma série de problemas de execução como a inexistência de tropas e meios de desembarque apropriados. Se essa Operação tivesse obtido êxito, ela teria ameaçado todo o plano de campanha dos alemães, pois a Turquia seria separada dos seus aliados e a guerra, levada à retaguarda alemã. O analista militar Liddell Hart (1983), analisando a campanha de Galipoli, declarou que uma OpAnf em uma praia defendida era quase impossível, considerando-a uma das operações militares mais difíceis da guerra. Os estudos de Hart e de muitos outros influentes analistas da época depreciaram a importância das OpAnf, fazendo com que a Grã-Bretanha abandonasse sua vocação anfíbia, concentrando-se prioritariamente em campanhas terrestres.

No início da 2ª Guerra Mundial (2ªGM), OpAnf sem sucesso continuaram a acontecer, tais como a tentativa de retomar a Noruega invadida pelos alemães e o “Reconhecimento em Força” em Dieppe, em 1942. A imagem das OpAnf começou a guinar para resultados mais favoráveis quando forças britânicas e americanas, dotadas de tropas treinadas e meios adequados, realizaram assaltos anfíbios com êxito em Madagascar, Guadalcanal e na África do Norte, rompendo com o pessimismo deixado pelas experiências de Galipoli. Em meados de 1944, o poder de choque, resultante da combinação dos sistemas de apoio de fogo da época com os meios de desembarque que evoluíam rapidamente, inverteu o pensamento pós-1ªGM. Os assaltos anfíbios tornaram-se impossíveis de serem impedidos. Cerca de 600 OpAnf foram realizadas durante a 2ªGM, variando em tamanho e complexidade, ocorrendo desde pequenas incursões até assaltos de Grupos de Exércitos. A guerra anfíbia foi um grande trunfo para os aliados, pois cada passo, em direção à vitória, começou com uma OpAnf. O mundo testemunhava o que os historiadores chamaram de “A época de ouro das OpAnf”. As imagens das OpAnf na Normandia, em Iwo Jima (ver Fig nº 1) e em Okinawa entraram para os anais da História, refletindo o êxito alcançado na 2ªGM.

Após analisar a 2ªGM, Liddell Hart (1983) mudou de opinião a respeito das OpAnf, deduzindo que: a ameaça de uma invasão europeia pelo mar teve um grande efeito estratégico ao dispersar, significativamente, o poder de combate alemão pelas áreas de desembarque, as quais poderiam ser utilizadas pelos aliados. Desta forma, 32 di-



Figura 2: Efeito das armas nucleares sobre uma concentração de navios.
Fonte: Global Security, 2011.

visões alemãs foram atraídas para o norte da França, a fim de impedir a travessia do Canal da Mancha, 18 divisões foram posicionadas ao sul da Itália, 18 divisões na Noruega e na Dinamarca, 10 divisões no sudeste da França, 10 divisões no norte da Itália, 9 divisões na Holanda, 8 divisões no sudoeste da França, além de outras 28 divisões espalhadas pelo sudeste da Europa. Liddell Hart (1983) concluiu seus estudos sobre as OpAnf afirmando que a flexibilidade anfíbia é a maior arma estratégica que um Poder Naval possui. Ela cria uma diversão à concentração do inimigo continental que é mais do que vantajosamente desproporcional aos recursos empregados.

Entretanto, a maioria dessas operações foi concebida contra áreas fortemente defendidas, provocando um elevado número de baixas. No teatro de operações do Pacífico, muitas vezes, não havia alternativa ao desembarque à viva força. Além disso, muitos analistas julgaram que a realização de OpAnf era válida apenas para as circunstâncias peculiares da 2ªGM, mas irrelevante nos campos de batalha do futuro, dominados por divisões e bombardeiros com armas nucleares. Em julho de 1946, testes nucleares foram realizados no atol de Bikini para simular um ataque a uma Força de Superfície (ver Fig nº 2), alarmando as Marinhas do mundo pelas suas implicações à guerra naval.

Em 1949, diante do congresso estadunidense, o Chefe do Estado-Maior Conjunto dos EUA, General Bradley, fez um polêmico pronunciamento declarando sua convicção sobre o fato de que na era nuclear não haveria mais OpAnf em larga escala. Em 1950, o Secretário de Defesa dos EUA, Louis Johnson, afirmou que as OpAnf pertenciam ao passado, tornando desnecessária a existência dos Fuzileiros Navais americanos. Continuando com suas ideias, ele anunciou que a Força Aérea dos EUA sozinha poderia cumprir qualquer uma das tarefas que a Marinha reali-



Figura 3: Escadas utilizadas dentro de uma Embarcação de Desembarque em Inchon.
Fonte: Global Security, 2011.

zava, o que também descartaria a necessidade da Marinha dos EUA. Esse entusiasmo com as possibilidades do poder aéreo obscureceu suas muitas limitações, gerando conclusões equivocadas. Assim, embora as OpAnf tenham demonstrado toda sua importância durante a 2ªGM, os questionamentos sobre sua adequabilidade, exequibilidade, aceitabilidade e utilidade voltaram a ganhar força, baseados em análises precipitadas sobre as possibilidades do poder aéreo e da ameaça nuclear. Posteriormente, as restrições impostas ao uso de armas nucleares e a inexistência de uma proliferação generalizada reduziram, significativamente, a probabilidade de ocorrência dessa ameaça.

Na Guerra da Coreia (1950-1953), foi realizada uma OpAnf em Inchon, fundamental para o resultado final do conflito. As condições de desembarque eram extremamente desfavoráveis, inexistindo praias de desembarque no sentido tradicional. Muralhas de pedras encontravam as águas em todo comprimento da costa, obrigando o uso de escadas para o desembarque (ver Fig nº 3). Apesar das dificuldades, o assalto anfíbio em Inchon foi um sucesso. Ao desembarcar em um local inesperado, a OpAnf inverteu o resultado da guerra em favor dos EUA. Os norte-coreanos entraram em colapso, retraindo desorganizadamente. As OpAnf ganharam um novo fôlego após Inchon ao provarem sua grande importância estratégica, diminuindo a pressão das discussões sobre sua eficácia na era nuclear.

No início da Guerra Fria, operações em águas azuis profundas e guerra antissubmarina dominaram os investimentos e pensamentos da Marinha dos EUA, que focou sua atenção nas formas de lidar com a URSS. A capacidade anfíbia demonstrou-se inútil no contexto de um ambiente altamente político e, além disso, passou a ter de se opor à crescente vulnerabilidade dos navios ao se aproximarem da costa, principalmente, após o aparecimento dos mísseis. Desta forma, os questionamentos a respeito do futuro das OpAnf ganharam, novamente, força durante a Guerra do Vietnã, onde, basicamente, apenas incursões anfíbias de pequeno vulto foram realizadas. Nenhuma dessas operações resultou em elevadas baixas no inimigo, o que, na época, era um indicador de eficiência na guerra. Com resultados pouco significativos, a doutrina anfíbia obteve uma baixa prioridade entre os pensadores militares, ofuscando sua importância constatada na 2ªGM e na Guerra da Coreia. Em 1976, Martin Binkin e Jeffrey Record, renomados militares analistas do Brookings Institute, publicaram um trabalho criticando o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA por priorizar a missão anfíbia, considerada, por eles, um peculiar tipo de combate. Nesse estudo, eles afirmaram que “A época de ouro das OpAnf” pertencia ao passado.

Nos anos finais da Guerra Fria, as circunstâncias históricas mudaram em prol das OpAnf. Segundo Julian Corbett (1988), o homem utiliza o mar, mas não vive nele, estando sempre apegado a terra onde se localizam seus bens materiais e espirituais. As grandes questões bélicas entre os Estados são decididas, exceto em casos excepcionais, pelo que os Exércitos são capazes de fazer contra o território inimigo ou pelo que as Marinhas permitem aos Exércitos realizarem. Corbett (1988) acreditava que as Forças Armadas deveriam atuar de forma conjunta, a fim de realizar operações ao longo dos litorais, visualizando a guerra de uma forma, essencialmente, anfíbia. Observando esses

princípios, as potências da época visualizaram a importância das águas rasas e da captura antecipada dos estreitos estratégicos do mundo para facilitar a passagem das esquadras ou para proteger um flanco de uma guerra terrestre. Entretanto, significantes problemas continuavam: capacidade de transporte de tropa, construção de novos navios e meios anfíbios, vulnerabilidades de uma Força Naval aos ataques de mísseis nucleares e antinavios, além do lançamento de minas.

Para superar esses obstáculos, chegou-se a conclusão de que as OpAnf deveriam ser lançadas além do horizonte, diminuindo a concentração de navios próximos à costa (ver Fig nº 4). O desenvolvimento dessa concepção foi uma profunda revolução no modo tradicional de condução desse tipo de operação, pois evitava o indesejável efeito adverso oriundo do afundamento de um navio anfíbio repleto de Marinheiros e Fuzileiros Navais. O único meio existente na época que viabilizava essa concepção era o helicóptero. Entretanto, seu emprego exclusivo era inexecutável, principalmente, pela inexistência de espaços a bordo dos navios. Tal limitação provocou o desenvolvimento de novos meios de desembarque capazes de serem lançados além do horizonte, tais como: a *Embarcação de Desembarque de Colchão de Ar* (LCAC¹), o *Carro Lagarta Anfíbio Expedicionário* (AAAV ou EFV²) e o versátil V-22 *Osprey* (ver Fig nº 5).

Enquanto esses meios estavam sendo desenvolvidos, em 1981, o periódico britânico *The Times* publicou um artigo afirmando que as OpAnf eram um conceito ultrapassado que não requeria nenhuma expertise particular. Um

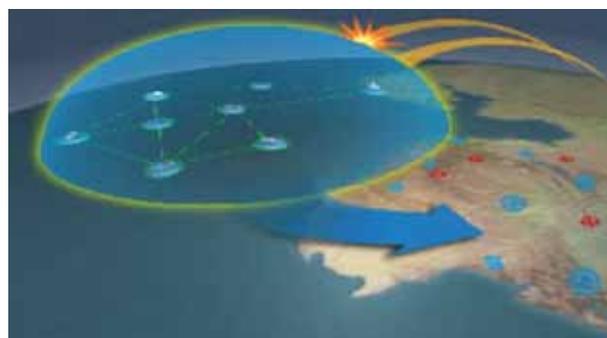


Figura 4 – Desembarque além do horizonte.
Fonte: United States of America, 2002.



Figura 5 – Novos meios de desembarque.
Fonte: United States of America, 2002.

¹ Landing Craft Air Cushion.

² Advanced Amphibious Assault Vehicle ou Expeditionary Fighting Vehicle.



Figura 6 – Evolução da Doutrina Anfíbia.
Fonte: United States of America, 2002.

ano depois, um conflito envolvendo a própria Grã-Bretanha permitiu uma visão moderna sobre a guerra anfíbia em plena era dos mísseis, sob condições reais de laboratório: a Guerra das Malvinas. Esse conflito reafirmou a viabilidade das OpAnf, revalidando velhas lições aprendidas e apresentado novas concepções de emprego para serem analisadas. Diversos conceitos doutrinários não foram seguidos pelos britânicos, tais como: a OpAnf foi realizada sem a prévia obtenção da superioridade aérea local, resultando no afundamento de vários navios; meios de defesa antiaérea foram desembarcados antes das unidades de assalto, para prover segurança contra a aviação argentina; a doutrina superioridade numérica exigida para um assalto anfíbio não foi respeitada, desembarcando um efetivo bem inferior ao necessário; e a descarga geral do movimento navio para terra (MNT) não foi conduzida ininterruptamente, sendo realizada somente durante o período noturno para evitar os ataques aéreos. Assim, apesar dos questionamentos contrários às OpAnf terem ganhado força durante a Guerra Fria; no mesmo período, surgiram novas concepções de emprego e meios de desembarque que garantiram a sua exequibilidade, permitindo que os avanços tecnológicos das defesas de costa fossem superados.

Na década de 1990, durante a Operação Tempestade no Deserto, de uma forma peculiar, as OpAnf demonstraram mais uma vez sua importância. Uma ForTarAnf posicionada na costa do Kuwait constituiu estrategicamente um *Trunfo Anfíbio* para as Forças da Coalizão. A simples ameaça da realização de uma OpAnf fez com que Saddam Hussein empregasse ¼ das forças terrestres iraquianas na defesa da costa, enfraquecendo seu flanco oeste. Confirmando os ensinamentos obtidos durante a 2ªGM e a Guerra da Coreia, essa capacidade de influenciar decisivamente as ações militares em terra reforçou a validade das ideias de Corbett e Hart sobre a importância da dimensão anfíbia da guerra. Em 1992, apresentando uma perspectiva própria sobre a Guerra do Golfo em uma conferência para o *US Naval Institute*, o General Colin Powell afirmou que a Operação Tempestade no Deserto encerrou os debates sobre a estratégia marítima *versus* a guerra continental, pois os *Serviços do Mar* demonstraram claramente sua integração com ambas, e as Forças Navais, capazes de projetar

poder sobre terra, provaram definitivamente seu valor.

Com o fim da Guerra Fria, não tinha sentido continuar expressando o Poder Naval de acordo com os princípios de Mahan de que as Marinhas existiam para combater outras Marinhas. Desta forma, as ideias de Corbett (1988), sobre as influências do Poder Naval nos eventos em terra, ganharam força. Uma especial atenção foi dedicada à capacidade de projeção de poder sobre terra, resultando no lançamento de novas concepções estratégicas e operacionais baseadas no conceito de Guerra de Manobra, tais como: a “Manobra Operacional a partir do Mar”³ e a “Manobra Navio para o Objetivo”⁴. Diferentemente de um simples MNT lançado além do horizonte, essas concepções idealizam uma projeção de poder que utiliza o mar como espaço de manobra, aplicando força contra as fraquezas do oponente. Abandonando a ideia de que as OpAnf deveriam assegurar uma cabeça de praia a partir da qual partiriam operações terrestres subsequentes, a manobra é dirigida diretamente até os objetivos operacionais, combatendo inteligentemente e procurando desarticular o oponente com fogos de precisão, elevado ritmo, surpresa e simultaneidade das ações, tornando a tarefa do defensor bem mais difícil (ver Fig nº 6).

Por último, na Guerra do Iraque (2003), foi realizada uma OpAnf de pequeno vulto pelos Fuzileiros Navais britânicos para conquistar o porto de Umm Qasr a fim de permitir, em território iraquiano, a abertura de um fluxo logístico pelo mar. Da mesma forma que Inchon demonstrou a viabilidade das OpAnf frente à ameaça nuclear, a Guerra das Malvinas e as duas guerras no Iraque foram excelentes oportunidades para testar sua exequibilidade frente à ameaça representada pelos mísseis. Cabe ressaltar que a *performance* desses sistemas está subordinada ao erro humano e nem sempre atingem em ação os resultados que seus propagandistas proclamam. Na atualidade, os mísseis de superfície e antiaéreos representam uma grande ameaça às OpAnf, entretanto não existem registros históricos de que os mesmos as inviabilizem, apesar dos grandes danos que podem provocar.

³ Operational Maneuver From The Sea (OMFTS).

⁴ Ship To Object Maneuver (STOM).

Segundo Corbett (1988), a doutrina não é um dogma. Os princípios e os procedimentos doutrinários existem para serem adaptados e adequarem-se às circunstâncias particulares. Foi exatamente isso que aconteceu com as OpAnf. Como as circunstâncias históricas são sempre mutáveis, as OpAnf evoluíram ao longo do tempo, adaptando-se à realidade das ameaças que foram surgindo. Portanto, novas técnicas, táticas, concepções de emprego e meios de desembarque foram e continuam sendo desenvolvidos, demonstrando que as OpAnf fazem, hoje, parte das concepções estratégicas de várias Marinhas do mundo, desempenhando um relevante papel nesse início de século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORBETT, Julian S. *Some Principles of Maritime Strategy*. Annapolis: Naval Institute Press, 1988.

DELFINO, Reinaldo Duarte. *Greenwich. How far technological developments since 1945 affected the viability and utility of amphibious operations*. Greenwich: Royal Naval College, 1989. 16 p.

GLOBAL SECURITY. *Amphibious Operations History*. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

HART, B. H. Liddel. *The value of amphibious flexibility and forces*. Selected Readings United States Marine Corps, Newport, 17 ago. p. 483-492, 1983.

MONTEIRO, Alvaro A. D. *As possibilidades e limitações da FFE relacionadas com as operações anfíbias*. Escola de Guerra Naval, 2003. Palestra.

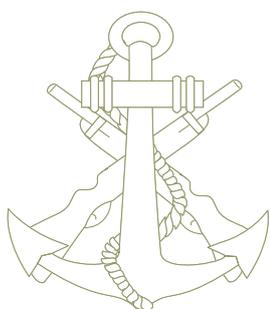
PERTUSIO, Roberto Luis. *Estrategia Operacional*. 2. ed Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 2000.

POLMAR, Norman; MERSKY, Peter B. *Amphibious Warfare: An illustrated History*. Londres: Blandford, 1988. 192 p.

TILL, Geoffrey. *Sea Power: A Guide for the Twenty-First Century*. Londres: Frank Cass, 2004.

UNITED STATES OF AMERICA. Marine Corps Association. *Expeditionary Maneuver Warfare*. Washington, DC, 2002. 1 CD-ROM.

WOODWARD, Sandy; ROBINSON, Patrick. *One hundred days: the memoirs of the Falklands Battle Group Commander*. Annapolis: Naval Institute Press, 1997.



CF (FN) Osmar da Cunha Penha
osmcpupe@hotmail.com

Operações Anfíbias – para nós, Fuzileiros Navais, uma questão de identidade

“[...] inútil que tropas de embarque sejam exercitadas a grandes manobras e evoluções próprias dos regimentos de meu Exército de Terra e devendo ser próprias, particularmente, para defenderem as embarcações de guerra e para fazerem algum desembarque e tentar algum ataque: é sobre objetos análogos a este fim proposto que devem principalmente exercitar-se. [...]”

*Trecho do Alvará de Criação da
Brigada Real da Marinha, D. Maria I,
Rainha de Portugal, 1797*

Ao ser convidado para escrever o presente artigo, vivi um momentâneo dilema: escrevê-lo de forma estritamente científica ou permitir deixar falar o coração. Creio ter optado por um meio termo, mas acho que a segunda opção pesou mais. Talvez o que tenha escrito não seja novidade, mas acredito ser uma excelente oportunidade de reafirmar algumas convicções, no sentido de fortalecer a crença em nossa razão de ser, em especial por parte das novas gerações.

Como sabemos, as operações anfíbias estão incluídas dentre as formas de projetar poder sobre terra, uma das tarefas básicas do nosso Poder Naval. O termo “operação anfíbia” já sofreu algumas alterações em seu significado,

mas, em essência, consiste na projeção sobre terra¹ de uma força de desembarque para o cumprimento de determinada missão. A amplitude de tal conceito permitiu moldar as operações anfíbias às necessidades do passado, quando as quatro modalidades existentes (Assalto Anfíbio, Incursão Anfíbia, Demonstração Anfíbia e Retirada Anfíbia) atendiam às situações de Guerra Naval vislumbradas. Na atualidade, permite moldá-las às ameaças e desafios do século XXI, garantindo flexibilidade com a incorporação, além das modalidades básicas existentes até então, do conceito de Projeção Anfíbia² voltado às operações em teatros de não guerra. Dessa forma, o conceito se amplia e transcende as operações em situações de guerra ou conflito armado, não importando o grau de hostilidade do ambiente e nem o tipo de missão a ser cumprida.

Durante o Simpósio de Operações Anfíbias, organizado pelo Ministério da Defesa e realizado nas instalações da Esquadra em 2008, pude presenciar a resposta dada pelo então Comandante-Geral do CFN, AlteEsq (FN) Álvaro Augusto

¹ Poderíamos questionar que em uma demonstração anfíbia não há desembarque de forças em terra. Entretanto, para o inimigo, a ameaça da presença do conjugado anfíbio indica que haverá, e essa imagem projetada, por si só, basta para alcançar o efeito desejado.

² Conceito apresentado na edição especial de “O Anfíbio” (2010), intitulada “A Próxima Singradura”, que abrange desde desembarques para prover ajuda humanitária, evacuar não combatentes, proteger populações e até para combater as chamadas “novas ameaças”.